

Sua própria experiência e o destino de seus amigos e aliados não lhe deixavam dúvidas de que um monarca católico Stuart jamais hesitaria em usar contra ele o que quer que fosse encontrado em seus papéis pessoais. Começamos a entender, com isso, sua atitude extraordinariamente furtiva com respeito à autoria dos *Dois tratados* e sua persistente recusa em admitir que os escrevera.

É possível, contudo, que haja outro motivo ainda, muito mais interessante em termos do pensamento político e de sua relação com a filosofia. É possível que Locke não quisesse deixar transpirar que o mesmo homem que redigira o *Ensaio sobre o entendimento humano* também escrevera os *Dois tratados sobre o governo*, pois tinha perfeita consciência de não ser nada fácil reconciliar as doutrinas de ambas as obras. Descrevemos acima um homem com aversão pela crítica e que fugia de controvérsias. Não pode haver dúvidas de que ele seria obrigado a enfrentar essas duas adversidades caso seus contemporâneos fossem convidados a comparar os pressupostos de sua teoria do conhecimento com os de seus princípios políticos. A questão crucial era sua concepção da lei natural. A reputação de Thomas Hobbes fora irremediavelmente destruída, e uma das razões para tal foi ele haver se exposto dessa forma. É chegado o momento de examinarmos a relação entre Hobbes e Locke como um tema à parte.

## IV. Locke e Hobbes

### 1. Filmer, Locke e Hobbes Os "Dois tratados" e a literatura política contemporânea

Se Locke escreveu seu livro para refutar as idéias de sir Robert Filmer, não pode tê-lo escrito para refutar Thomas Hobbes. É quase tão equivocada supor que estivesse argumentando deliberadamente contra o *Leviatã* como acreditar que tenha escrito no intuito de racionalizar a Revolução. Não haveria o menor sentido em que o defensor intelectual dos exclusionistas *whigs* produzisse mais uma crítica a Hobbes. O professor Skinner<sup>1</sup> demonstrou que Hobbes teve realmente um contexto intelectual e um conjunto de seguidores; que não surgiu do nada, e que exerceu uma influência que não se limitava a seus opositores. Do ponto de vista político, porém, foi ele o menos importante de todos os autores absolutistas. Filmer, por outro lado, era o homem do momento – uma influência formidável e crescente junto àqueles cujas opiniões políticas contavam, além de um representante, por si só, das *ipsissima verba* da ordem estabelecida. Por conseguinte, Locke se viu impelido a escrever sobre esse

1. Ver seus três artigos muito interessantes e persuasivos, 1965 (ii), 1966 (i) e (ii).

tema, razão pela qual o pensamento de Filmer está diretamente na base de suas doutrinas políticas. Além disso, sua controvérsia com o patriarcalismo tem um significado decisivo na história do pensamento político e social, para o desenvolvimento estrutural da sociedade moderna<sup>2</sup>.

Locke obviamente rejeitava o absolutismo de Hobbes, bem como o de Filmer: o vocábulo "Leviatã" ocorre em seu *Segundo tratado*, e há frases e argumentações inteiras que lembram a posição hobbesiana, e devem ter sido pensadas como comentários a esta<sup>3</sup>. Mais que isso, o pensamento de Hobbes tinha uma importância sistemática para Locke e se introduz em suas doutrinas de uma forma bem mais profunda que uma simples divergência de opiniões políticas. Isso, porém, não pode alterar o fato de que as obras de Filmer ocupam, no tocante ao *Segundo tratado*, a posição tradicionalmente atribuída às doutrinas de Hobbes. Esse fato acarreta algumas conseqüências que passaram despercebidas.

Filmer influenciou Locke à maneira como todos os homens influenciam aqueles que elegem refutá-los. Foi ele, e não o próprio Locke, e decididamente não Hobbes, quem estabeleceu os termos de sua argumentação. Sem dúvida, Locke teria encontrado alguma oportunidade para afirmar sua crença na liberdade e na igualdade de todos os homens, mas ocorreu que se viu forçado a fazê-lo logo no início de sua obra sobre o governo, pois Filmer as havia negado diretamente, contra Hobbes, entre outros. É bem possível que

2. Ver Laslett, *The World We Have Lost*, em especial o capítulo 9. Bastide, 1907, particularmente nas pp. 208-9, sustenta que Hobbes constituía uma importante influência política em razão de sua influência sobre a corte de Carlos II. Pollock, de sua parte, parece ter dedicado grande empenho a comprovar a tese de que Locke estava realmente escrevendo contra Hobbes: ver 1904, 238, e também Vaughan, 1925; Gough, 1950. A análise mais interessante das relações de Locke com Hobbes, e das razões pelas quais os *Dois tratados* não estavam dirigidos contra o *Leviatã*, encontra-se em Dunn, 1969 (i), capítulo 7.

3. Ver notas em II, §§ 19, 21, 98, 133, 211, 212.

alguns dos argumentos de Locke jamais houvessem sido desenvolvidos não fosse por Filmer. Já vimos que Locke não dava mostra de nenhum interesse na teoria da propriedade antes de se dedicar a essa polêmica, e viu-se diante de uma argumentação em favor do comunismo primitivo, a qual era muito difícil refutar, a menos que uma nova justificação da propriedade fosse formulada<sup>4</sup>. O patriarcalismo influenciou-o de forma mais inequívoca e, em suas concessões a este, podemos vislumbrar em seu pensamento alguns indícios de que reconhecia as limitações de seu próprio racionalismo intelectualista<sup>5</sup>.

Se o alvo dos *Dois tratados* fosse de fato Hobbes, e não Filmer, a obra seria de muito menor interesse e influência. Não se pretende, com isso, afirmar que Locke tenha logrado aniquilar Filmer tão completamente quanto ele próprio acreditava e como a história subsequente parece confirmar. Enquanto peça de dialética formal, seu escrito é menos completo e, sob determinados aspectos, menos convincente, ao menos para seus contemporâneos, do que a obra idêntica de seu amigo Tyrrell<sup>6</sup>. É verdade que Locke superou por completo, em intelecto e erudição, o oponente que escolheu. Depois de acrescentar a detalhada argumentação do *Primeiro tratado* ao *Segundo*, percebemos facilmente como seria impossível a quem quer que fosse continuar acreditando que

4. Ver pp. 46-8 e nota em II, § 25, 16-9. De forma análoga, Tyrrell desenvolveu muitas de suas argumentações unicamente em função de Filmer. Viano, 1960, especialmente da p. 209 em diante, também insiste na importância de Filmer e do patriarcalismo para a compreensão de ambos os *Tratados*.

5. Ver nota em II, § 74, 14-37 e referências, e comparar com Schochet, 1969, 1975.

6. O *Patriarcha non Monarcha* trata com mais propriedade a posição contrária e considera-a no âmbito de todo o seu contexto literário, o que não ocorre nos *Dois tratados*. Sua leitura é bem mais difícil, naturalmente, e não contém nada comparável a uma teoria política positiva, mas eu gostaria de retratar-me do que afirmei em Laslett, 1949, 38-9.

os textos do Antigo Testamento, que Filmer utilizara para justificar a realeza patriarcal, pudessem se aplicar de alguma forma aos monarcas contemporâneos. Mas como deveria o leitor consciencioso considerar o conteúdo da Revelação e sua relação com o mundo político em que vivia, e também a origem dos governos? Isso porque Locke admitia que a história do Antigo Testamento se aliava, de alguma forma, à sua interpretação dos fatos ocorridos, mas, ao contrário de Filmer, nunca se mostrava disposto a explicar como, exatamente, isso se dava<sup>7</sup>. “Não devemos negar a verdade da história da criação”, clamava Filmer contra Hobbes. Locke não admitiria estar lançando mão desse expediente, quando, na realidade, utilizava argumentos racionalistas que simplesmente não podiam ter lugar no mundo filmeriano da política bíblica.

Locke não apenas se recusou a enfrentar Filmer em seu próprio terreno e foi incapaz de reconhecer toda a força, ancestralidade e importância da tradição patriarcal<sup>8</sup>, como também ignorou, decididamente, os penetrantes contra-argumentos críticos que fazem a força da exposição de Filmer. Ora, como seria possível defender a tímida afirmação de Locke acerca da historicidade de um estado de natureza, de um acordo ou pacto na base de todo governo estabelecido, da possibilidade de justificar a pertinência de conceitos universais a propósito das instituições políticas, contra o comentário cético de Filmer? Foi Tyrrell, e não Locke, quem reconheceu a instigante eficácia de Filmer e admitiu que não havia, na verdade, uma separação entre o terreno que ele e Locke ocupavam e o individualismo lógico, a democracia final, a divisão do poder político com mulheres, crianças e criados<sup>9</sup>. Tudo isso para não falar da incapacidade de Locke

7. Ver notas em II, § 130, e I, § 136.

8. Ver, por exemplo, nota em I, § 64, 11-6.

9. Tyrrell, 1681, 83-4; seu único comentário é que jamais existira uma tal forma de governo. O silêncio de Locke a esse respeito deu margem às interpretações extremistas dos partidários ingleses da Revolução Francesa; ver as

em partilhar a visão defendida por Filmer da comunhão emocional implícita em todos os relacionamentos políticos, o elemento física e psicologicamente natural que, tal como argumentamos alhures, o pensamento político a partir de Locke tem interpretado de maneira equivocada, para o risco de todos nós<sup>10</sup>.

Locke certamente absorveu algo do patriarcalismo. Já mostramos acima que houve um tempo em que essa concepção tradicional teve uma forte presença em seu pensamento. Mas ele não aprendeu o bastante para compreender instituições como a família, a nação, a sociedade política de determinada área, tal como imaginamos que devam ser compreendidas. E Hobbes não podia fazer nada com a atitude patriarcal. Para ele, as sociedades patriarcais eram aquelas “cuja harmonia depende da luxúria natural”, e isso era tudo. Não se dispunha a estabelecer a diferença entre a autoridade paterna e o exercício nu da força. Sob todos esses aspectos, portanto, Hobbes, Locke, Tyrrell, Sidney e os demais estavam de um lado, e Filmer e a tradição por ele defendida, de outro. Leibniz aparentemente incluía numa mesma classificação os *Dois tratados* e o *Leviatã*, em contraste com o *Patriarcha*, e não tinha a menor dúvida de que Filmer era o alvo de Locke no livro todo. Uma controvérsia entre Locke e Hobbes se produziria no âmbito de uma mesma facção, e jamais poderia dar origem à atitude política característica do mundo moderno. Já o confronto entre dois homens como

.....  
notas de Elrington ao *Segundo tratado*. Foi seu caráter obtuso, sua inadvertência ou prudência que tornaram legítimo descrevê-lo, em termos eloqüentes, como o “pai da democracia”, do nosso tipo de democracia. Comparar com Laslett, *The World We Have Lost*, 221-2.

10. Laslett, 1949, 42-3; Dunn, 1969, pp. 113-4, rejeita a suposta inferioridade de Locke com relação a Filmer nesses aspectos. Hoje me sinto inclinado a concordar com sua tese de que Locke e Filmer estavam de acordo no tocante às “verdades banais” acerca da família e da sociedade; comparar com Schochet, 1969 (i).

Locke e Filmer foi um fato simbólico e necessário: modificou o espírito dos homens<sup>11</sup>.

Não obstante, Hobbes e Filmer compartilhavam praticamente todos os atributos do absolutismo, do modo como era rejeitado pelos partidários do Parlamento inglês – a vontade como fonte de toda lei e forma de toda autoridade, a necessidade de uma perpétua e absoluta submissão aos ditames arbitrários de um soberano indivisível, a impossibilidade de um governo misto. No que tange ao propósito de Locke em combater esses aspectos, pouca importância haveria, aparentemente, no fato de ser Hobbes ou Filmer quem ele tivesse em mente. Mas, quando examinamos cuidadosamente suas afirmações, percebemos que a forma das proposições absolutistas que ele rejeitava era quase sempre a defendida por Filmer<sup>12</sup>. Caso seu objetivo fosse examinar o conteúdo preciso e a força das afirmações de Hobbes, ele as teria citado textualmente.

Podemos dizer isso com alguma segurança, pois Locke era um polemista meticuloso e experiente. Já vimos que conhecia a concordância de Filmer com Hobbes, havia mais de uma década, ao escrever os *Dois tratados*<sup>13</sup>. Quando comentou Bagshaw na primeira obra que escreveu, e quando, bem mais tarde, defendeu-se de Stillingfleet e Proast, Locke citou cuidadosamente os parágrafos e sentenças dos livros que estava discutindo. Fez o mesmo, ao custo de um exasperante enfado, no *Primeiro tratado*, ao tratar de Filmer. Não há razão para supor que agisse de modo diferente no *Segundo tratado*, se Hobbes fosse o alvo de sua crítica ali.

11. O conteúdo da argumentação patriarcalista na Inglaterra, e do significado para o liberalismo de sua rejeição, está integralmente exposto em Schochet, 1966. Sobre Leibniz, Locke e Filmer, ver Jolley, 1975.

12. Ver, por exemplo, notas em II, § 92, 7 e II, § 95, 9.

13. Ver pp. 46-7. A frase de Filmer ali citada segue nos seguintes termos: "Concordo com ele [Hobbes] quanto aos direitos de se exercer o governo, mas não posso concordar com os meios por ele defendidos para adquiri-lo."

Os hábitos de Locke ao lidar com polêmicas, bem como os fatos já mencionados acerca da importância do patriarcalismo nessa época, tornam impossível sustentar que Filmer fosse simplesmente o bode expiatório de Locke, sua oportunidade para atacar Hobbes através de um terceiro. Sem dúvida, havia algo vagamente ridículo em Filmer, mesmo no ano de 1679. Mas já vimos que tanto Locke como Shaftesbury pareciam tomá-lo muito a sério pouco tempo antes. Mais equivocado ainda é supor que o objetivo dessa flagelação pública fosse humilhar os hobbistas\* existentes entre os espectadores, com uma ou duas chicotadas dirigidas diretamente a eles. Locke nunca classificou Filmer como hobbista, nem disse coisa alguma no sentido de vincular os dois pensadores, embora Sidney não hesitasse em fazê-lo e também Tyrrell houvesse comentado as posições hobbistas ao tratar de Filmer<sup>14</sup>.

Na verdade, é impossível provar que, ao escrever a obra, Locke havia tido algum contato recente com o *Leviatã* ou qualquer outra obra de Hobbes em primeira mão<sup>15</sup>. Não fossem as passagens de sabor hobbesiano ou que parecem particularmente dirigidas contra Hobbes no *Segundo tratado*, jamais saberíamos de algum interesse de Locke por Hobbes enquanto pensador na época, pois suas anotações, diários, cartas, listas de livros e aquisições não revelam o menor sinal de tal interesse. Sua única menção explícita ao termo *Leviatã*, no § 98 do *Segundo tratado*, está muito longe de ser específica; se tomada em sentido literal, com efei-

\* Nome mais ou menos pejorativo atribuído aos simpatizantes das doutrinas de Hobbes. (N. do R. T.)

14. Ver, por exemplo, Sidney, 1772, 5, e Tyrrell, 1681, 138-41, segunda paginação. Na p. 209, ele acusa Filmer de haver copiado Hobbes diretamente, o que, do ponto de vista histórico, é quase impossível.

15. Ele emprestou seu *Leviatã* em 1674 e não o obteve de volta senão em 1691. Não possuía nenhuma outra obra política ou filosófica de Hobbes.

to, pareceria indicar um grande equívoco, ou uma lembrança equivocada, quanto à doutrina de Hobbes<sup>16</sup>.

O fato encontra um interessante paralelo no *Ensaio sobre o entendimento*. Locke também menciona o *Leviatã* uma única vez no curso dessa alentada obra, que cobre grande parte do terreno tratado anteriormente por Hobbes e que muitos comentadores também supuseram ter sido escrita com Hobbes em mente. E, também ali, confunde a tese hobbesiana numa passagem cujo claro propósito era igualmente sarcástico e genérico<sup>17</sup>. Não obstante, o *Ensaio* revela nítidos indícios de proximidade com Hobbes, mesmo na questão crucial da propriedade e da justiça. “A proposição ‘Onde não há propriedade não há injustiça’ é tão certa quanto qualquer demonstração de Euclides”, assevera Locke em seu ensaio<sup>18</sup>. “Onde não há um próprio, ou propriedade, não

16. “Uma tal constituição imporia ao formidável *Leviatã* um duração mais breve que a da mais frágil das criaturas.” A “constituição” enfocada exigiria um consentimento universal para todos os atos de um corpo político, muito embora Hobbes aceitasse a decisão tomada pela maioria numa assembleia. A passagem é claramente irônica e genérica; não é um comentário de alguma passagem precisa de Hobbes. Ver nota ao parágrafo mencionado.

17. I, iii, 5 (ed. Nidditch, 68) onde afirma que um hobbista cumpria sua promessa porque o público o exigia e pelo medo de ser punido por *Leviatã*. Na verdade, é claro, o cumprimento de acordos era a terceira das leis da natureza, tal como Hobbes as compreendia. Alguns comentadores de Hobbes poderiam alegar que tal reflexão de Locke estaria correta em última análise, mas ele certamente não teria formulado essa crítica fundamental de uma forma tão negligente, caso sua intenção fosse séria.

18. IV, iii, 18 (ed. Nidditch, 549). Locke fizera uma afirmação muito semelhante vários anos antes: “*Quid enim justitia ubi nulla proprietas aut dominium*”, oitavo *Ensaio sobre a lei da natureza*, Von Leyden, 1954, p. 212, e desenvolveu-a em sua obra sobre *Educação*, § 110: “É impossível às crianças compreenderem corretamente o que é a injustiça antes de compreenderem a propriedade” (*Works*, 1801, IX, 101, trecho acrescentado nas edições posteriores). No *Ensaio*, Locke chega a sugerir essa justificação da propriedade em termos de esforço: “O mesmo se dá com o conhecimento moral; que um homem conceba tomar a outros, sem o consentimento destes, o que se tornou posse deles pelo esforço próprio, e chame a isso *justiça* se assim ele quiser” (ed. Nidditch, 567).

há injustiça”, diz o *Leviatã*<sup>19</sup>, e Hobbes disso infere a conclusão – resolutamente rejeitada por Locke, não no *Ensaio*, mas nos *Dois tratados* – de que não pode haver propriedade antes do governo e à parte este. Teria Locke, ao escrever esse surpreendente eco de uma afirmação de Hobbes, consciência de sua fonte? Os exemplos ora mencionados sugerem que não. Tudo indica que se encontrava na curiosa posição de haver incorporado as idéias hobbesianas, a fraseologia hobbesiana, a ponto de já ignorar suas origens: suas leituras da juventude, jamais repetidas, talvez; ou livros de outros autores e as discussões genéricas em torno de Hobbes – ou ambas as possibilidades.

A exata relação literária entre os dois homens, portanto, constitui um estudo interessante e intricado. Locke nunca se viu livre da sombra do *Leviatã*. Como veremos, havia figuras em Oxford que suspeitavam que ele estivesse pendendo para o hobbismo no início da década de 1690 e, em 1693, o próprio Isaac Newton desculpou-se com Locke por ter agido da mesma forma. Newton encontrava-se num estado neurótico ou mesmo psicótico no período em questão, mas, durante a controvérsia sobre suas concepções do cristianismo, que tomaria um rumo tão violento no final da década de 1690, Locke viu-se diretamente acusado por outros eminentes intelectuais de reproduzir as posições de Hobbes. Em 1697, Richard Willis, futuro bispo de Winchester, afirmou que a tese de Locke intitulada *A racionalidade do Cristianismo* (1695) era “consoante às palavras do *Leviatã*, de onde é extraída sua doutrina, parte IV, cap. 43”<sup>20</sup>, enquanto John

19. Capítulo 15, 1904, 97-8. É provável que tanto Locke como Hobbes estivessem empregando aqui o termo “propriedade” em sua acepção mais ampla, da qual as posses materiais constituem apenas uma parte. Ver adiante, pp. 148-50.

20. *Occasional Paper n.º 1*, 1697. Sobre a acusação de Newton, ver Dunn, 1969 (i), p. 81, em que também reproduz, de um dos cadernos de anotações de Locke da década de 1680, um trecho de uma interessante apreciação sobre Hobbes e, de Cranston, 1957, 133, uma referência à “doutrina do sr. Hobbes”.

Edwards, mais incisivo, descrevia seus escritos teológicos como inteiramente impregnados da doutrina de Hobbes. Quando comparamos os dois trechos, a semelhança é gritante: há uma pequena correspondência verbal, e é de esperar o uso em comum de alguns textos da Escritura, mas a doutrina é quase idêntica. Locke respondeu a esse crítico nas últimas linhas de *Uma segunda defesa da racionalidade do Cristianismo*, de 1697: “Afirmo a ele (...) que desconhecia que aquelas palavras por ele citadas do *Leviatã*, ou qualquer coisa análoga a elas, constassem daquela obra. Tampouco tenho conhecimento hoje, mas apenas posso acreditar, com base em sua citação, que constem da obra.”<sup>21</sup>

Isso pode insinuar que ele jamais houvesse lido o *Leviatã*, como sem dúvida transparece em sua pouca disposição de nem sequer se dar ao trabalho de abrir o livro e conferir uma referência quando confrontado com um desafio. Na verdade, a semelhança neste caso pode ter sido uma coincidência, resultante daquela atitude racionalista que os dois homens tinham em comum, aplicada aqui à Revelação cristã. É possível, ainda, que seja esse o caso de um homem que leu algo muitos anos antes e o esqueceu, mas que veio a reproduzi-lo mais tarde como uma idéia própria. Essa interpretação, a mais complacente, me parece também a mais provável. Quando compunha seus escritos filosóficos, Locke “recusava-se terminantemente a ler quaisquer livros sobre o mesmo tema”, de modo a manter sua mente afastada das idéias alheias<sup>22</sup>. Dizia, com respeito à política, que “esse tema (...) exige mais meditação do que leitura”<sup>23</sup>, e é possível que quando se dedicasse a seus escritos sobre teoria políti-

21. *Works*, 1801, VII, 420. É possível que Locke aqui não estivesse usando da verdade, pois, na mesma obra, nega todo e qualquer conhecimento da literatura sociniana, a qual ele seguramente possuía e quase com certeza teria lido; um ano ou dois mais tarde ele faria citações dela em suas anotações bíblicas.

22. Trata-se de um testemunho independente – de Tyrrell para Locke, em 18 de março de 1690 (de Beer 4, 36).

23. *Works*, 1801, X, 308.

ca envidasse o mesmo esforço consciente para extrair tudo de seu próprio intelecto, para não se valer de nenhum pensamento alheio. Como resultado, terminou por reproduzir algumas idéias dos livros que lera, mesmo daqueles lidos para os rejeitar.

“São escassas minhas leituras de Hobbes e Spinoza”, afirmou em 1698, acrescentando um comentário irônico acerca “daqueles nomes justificadamente execrados”<sup>24</sup>. Não obstante, chegou a ler Hobbes, embora seja extremamente difícil determinar quando ou em que medida. O conjunto dos cadernos de anotações de Locke é bastante considerável e consiste, em grande parte, de citações de livros de terceiros, referidas e organizadas com monumental meticulosidade. Muito notável é o fato de que não tenha sido possível encontrar um único excerto das obras de Hobbes em todo o cânone de anotações lockeanas. Apenas uma citação veio à luz até o momento, e não se encontra num caderno de anotações, mas na guarda de um volume de sua biblioteca, publicado em 1668 – mesmo neste caso, a famosa passagem do *Leviatã* ali transcrita aparece sem referências à fonte, o que, para o leitor incauto, poderia passar por uma reflexão do próprio Locke<sup>25</sup>. Já vimos que, em sua juventude, quando sua

24. *Works*, 1801, IV, 477; comparar com Strauss, 1953, p. 211.

25. Está no exemplar de Locke do *Sylloge Observationum Medicinalium*, de Velschius, Ulm, 1668 (H. e L. 3062): “É nas definições equivocadas ou nulas que reside o primeiro aviltamento da linguagem, donde decorrem todos os dogmas falsos e ociosos; o que coloca os homens que obtêm sua instrução da autoridade dos livros e não de sua própria reflexão muito abaixo da condição de ignorar, assim como os homens investidos da verdadeira ciência acham-se num nível superior. Pois, entre a verdadeira ciência e as doutrinas equivocadas, a Ignorância é o termo médio.” [*Leviatã*, capítulo IV (1 ed., 1651, 15).] Em seu estudo sobre os comentários das Escrituras, aos quais Locke se dedicou em seus últimos anos de vida, Arthur Wainwright descobriu semelhanças nos conceitos teológicos dos dois pensadores (Wainwright, 1987). Com essas exceções, a exaustiva pesquisa dos papéis de Locke empreendida nos últimos vinte anos não conseguiu encontrar provas que confirmassem um estreito relacionamento literário entre os dois homens.

tendência era autoritária e sua análise chegou ao máximo de proximidade com Hobbes, sua familiaridade com este advinha em iguais medidas, talvez, da literatura sobre ele e de leituras diretas<sup>26</sup>.

É bem possível que o jovem Locke houvesse passado por uma experiência bastante comum após 1651, quando o *Leviatã* foi publicado, e era muito procurado, segundo Pepsys, a despeito de sua má reputação. Hobbes fascinou-o, não apenas então, mas pelo resto de sua vida. Era para ele um custo rejeitar sua doutrina, embora o tenha feito muito cedo. Quando escreveu os *Dois tratados*, portanto, o *Leviatã* era uma influência presente; uma constante gravitacional exercida por um grande corpo através de uma grande distância. Não obstante, uma influência positiva em seus efeitos, muito diversa da influência de Filmer, que, embora negativamente direcionada, era próxima e bem documentada.

Sob tais circunstâncias, é inútil procurar uma fonte direta, ou a fonte, do pensamento político de Locke em Hobbes ou em qualquer outro autor. Contudo, dentre os autores por ele consultados ao se debruçar sobre seu livro, talvez tenha sido Samuel Pufendorf o de maior utilidade para ele, em que pese o grande contraste entre as idéias de ambos em matéria constitucional. Locke soube tirar partido dos argumentos de Pufendorf, reproduziu suas posições e descreveu sua principal obra como “o melhor livro do gênero”, melhor que o do grande Grócio, *War and Peace* (Sobre o direito da guerra e da paz)<sup>27</sup>. Pois bem, esse livro de Pufendorf, *De Jure Naturae*

26. Ver pp. 27-8. Cox, 1960, relaciona uma série de referências indiretas. A leitura de Locke reserva ainda outras surpresas: por exemplo, o fato de não ter conseguido ler Hooker muito adiante do primeiro livro (pp. 83-5), e sua confissão de que jamais lera Sidney (*Works*, 1801, III, 272).

27. *Works*, 1801, III, 272, *Thoughts Concerning Reading and Study*. Também recomendou Pufendorf em sua outra listagem (X, 308). Sobre Pufendorf como foi usado por Locke, ver notas em II, 58, 65, 74 (Pufendorf e Tyrrell), 105 etc. Em 1702, Barbeyrac começou a corresponder-se com Locke, pedindo-lhe conselhos e dizendo de sua intenção de traduzir Pufendorf.

(1672), tinha muito a dizer sobre Hobbes. Ali, bem como em seus *Elementa*, de 1660, Pufendorf criticava a doutrina hobbessiana, embora aceitasse e apreciasse parte da análise proposta por Hobbes. Locke possuía outras críticas de Hobbes<sup>28</sup>. Talvez seja nessa direção que devemos buscar os vínculos documentais entre Hobbes e o Locke dos *Dois tratados*.

A presente interpretação não pode se pretender definitiva, e talvez pareça insatisfatória àqueles que esperam que um tal relacionamento se enquadre numa estrutura claramente configurada em termos de “influência” e “rejeição”, que se configure como uma questão absolutamente independente e consciente. Isso jamais acontecerá. Hobbes e Locke estavam emaranhados no tecido vivo, composto pelos incontáveis fios e fibras que crescem juntos e que ligam uma geração intelectual àquela que a sucede num mesmo país, numa mesma e pequena sociedade. Já vimos que foi dessa fonte, dos diálogos e contatos casuais e não de estudos literários, que Locke herdou o fruto dos escritos radicais da Guerra Civil<sup>29</sup>. Com seu interesse e experiência, jamais poderia furtar-se ao impacto hobbessiano.

Devemos descrever os *Dois tratados*, portanto, como uma refutação deliberada e polemicamente eficaz dos escritos de sir Robert Filmer, importante do ponto de vista intelectual e histórico por esse fato e não apesar do mesmo, relacionando-se com a obra de Hobbes apenas da maneira indireta por nós discutida, embora a ela se opusesse em sua

28. Clarendon, 1676 (adquirido em dezembro de 1681); Tenison, 1670; Lawson, 1657. Locke também tinha uma obra expressamente hobbista, *Monarchy Asserted* (Defesa da Monarquia) de Matthew Wren, a qual conhecia desde a época de sua publicação, em 1659, e que estava em suas prateleiras em 1681. Von Leyden (1954, p. 39) assevera que Locke lera os *Elementa* de Pufendorf já em 1660.

29. Ver pp. 26-7. O sr. Abrams chama atenção para o estreito vínculo pessoal entre Hobbes, Henry Stubbe e talvez outros alunos de Christ Church no final da década de 1650, e cita as cartas de Stubbe a Hobbes; Museu Britânico, Add. MSS. 3<sup>o</sup>553.

doutrina política e constitucional. A obra não se resume nisso, é claro, e constitui um tratado político independente, que exerceu sua influência, muito embora seu vínculo com Hobbes tenha sido alvo de freqüentes distorções e exageros. Seu propósito era afetar, e sem sombra de dúvida efetivamente afetou, as convicções políticas e constitucionais dos ingleses que forjaram a constituição e os hábitos políticos que ainda hoje norteiam nossa vida. Algo, porém, o tratado não continha; algo que todo tratado do gênero incluía corriqueiramente: havia um certo conjunto de interesses ardentemente perseguidos pelos homens que o liam e que aceitavam suas doutrinas, mas o qual a obra não se propunha em absoluto defender; existia uma tradição intelectual *whig*, “liberal”, ou antiabsolutista acerca da qual a obra nada tinha a dizer. Essa tradição, esses interesses, essa argumentação, formavam o fundamento histórico da liberdade inglesa, do Direito consuetudinário, da Câmara dos Comuns, da “antiga constituição”; um fundamento que mobilizara todos os antecessores de Locke de orientação análoga desde os dias de sir Edward Cooke, e que sofrera sério revés nas mãos do próprio sir Robert Filmer.

Nos *Dois tratados*, assim como chegaram até nós, a doutrina constitucional de Filmer jamais é sequer mencionada. Locke não faz referência alguma à última parte do *Patriarcha* e ao *Freeholders Grand Inquest*, em que tal argumentação é apresentada, apesar do fato de, no entender de Locke, o *Freeholder* ocupar o primeiro lugar na ordem das obras de Filmer. Ao expor seu método de referência às obras de Filmer<sup>30</sup>, ignorou solenemente a existência do *Freeholder*. O

30. Ver pp. 84-6: Locke cita em uma oportunidade o trecho do *Patriarcha* que trata da constituição (edição de Laslett, 106-26: a citação encontra-se em I, § 8, 30-2, e menciona um trecho da p. 133), mas sem comentá-lo. É interessante que 60% de todas as referências a Filmer no livro, tal como o temos hoje, se concentram nas páginas 53-64 do *Patriarcha*, e 80% tratam deste e de apenas outros quatro trechos.

pouco que Locke chegou a tratar da tese histórica pela qual ele, Shaftesbury e os exclusionistas estavam se batendo parece ter sido num capítulo inserido posteriormente no intuito de refutar a tese adversária que se sustentava na conquista. Ocorre que Filmer não usara tal argumentação, e é possível conceber que o alvo neste caso fosse Hobbes, uma vez que este, ao contrário de Locke, tentou efetivamente demonstrar sua tese em termos de fatos históricos ingleses<sup>31</sup>. No que diz respeito a Locke, Filmer poderia não ter nunca afirmado que a Câmara dos Comuns não fazia parte originalmente do Parlamento, que fora convocada pela primeira vez no quadragésimo nono ano do reinado de Henrique III e que devia sua existência, como todo o direito inglês, mesmo o Direito Consuetudinário, ao arbítrio régio<sup>32</sup>. Para os constitucionalistas da época de Locke, bem como da nossa, esse tipo de argumentação era de extrema importância – para Locke, aparentemente, não tinha importância alguma.

Devemos dizer “aparentemente” pois nunca se pode esquecer que mais da metade do texto de Locke se perdeu. É possível que na parte desaparecida ele argumentasse contra a posição constitucional de Filmer e comentasse diretamente as questões legais suscitadas pela controvérsia da Exclusão. Se é justificável supor que Locke tenha destruído exatamente essa parte do texto porque a mesma continha

31. Ver nota em II, § 175 (capítulo XVI) e no próprio § 175. Não há provas de espécie alguma de que Locke tenha lido as obras menores de Hobbes aqui relacionadas. Skinner, 1966 (ii) apresenta uma convincente hipótese de que a conquista seria um argumento mais comum do que acima admitimos; comparar com Goldie, 1977.

32. Ver *Patriarcha*, pp. 106-26, especialmente a p. 117, e o *Freeholder, passim*. Foi o professor Pocock, em seu importante livro *The Ancient Constitution and the Feudal Law*, 1957, quem demonstrou como eram profundos os efeitos dessas afirmações e como parecia difícil aos oponentes de Filmer responder a elas. Seliger, 1968, 233 ss., sugere que o descaso de Locke pela história se devesse a seus objetivos polêmicos e não a uma possível indiferença sua; a argumentação histórica factual deixara de ser eficaz.

declarações que poderiam custar-lhe a cabeça, parece provável que de fato tratasse de questões bem mais próximas à lei da traição do que o restante do *Primeiro tratado*<sup>33</sup>. Contudo, na breve sentença em que se refere à história constitucional e jurídica no *Segundo tratado*, Locke se limita a “remeter seus leitores” a um grupo de escritores cujas obras ele não possuía e, evidentemente, jamais lera. Repetiu esses títulos em bibliografias recomendadas em 1703, além de relacionar um ou dois “antigos juristas”, livros de consulta de exclusiva coloração *whig*. Incluiu os escritos de alguns autores que haviam estado engajados na controvérsia como partidários dos *whig*. Chegou mesmo a usar uma frase deles: “onde se encontrará a antiga constituição do governo da Inglaterra”<sup>34</sup>.

Embora fosse muito difícil sustentar de modo convincente que, em sua forma integral, os *Dois tratados* continham uma extensa argumentação constitucional, ora desparecida, sem dúvida a constituição estava presente no espírito de Locke em 1689. Pouco antes de partir para a Holanda, quando devia estar meditando acerca da publicação ou não de sua obra sobre o *Governo*, escreveu o seguinte para Clarke: “O estabelecimento da nação sobre um firme solo de paz e segurança (...) não pode ser realizado de forma mais adequada do que pela restauração de nosso antigo governo – o melhor que jamais existiu, se tomado e reunido solidamente em sua constituição original. Se ela não foi violada, os homens fizeram muito mal em se queixar (...)

33. Ver pp. 93-4.

34. Ver II, 239, 42-3 e nota: *Obras*, 1801, III, 272-3, e X, 308. Dentre os títulos que compunham essas listas bibliográficas, Locke possuía as obras de Tyrrell, bem como sete de Atwood, o pior dos autores constitucionalistas *whig*; *Direitos do Reinado*, de Sadler, 1682, o *Escritos sobre o Estado*, de 1689; *Anglia Noitia* de Chamberlayn, 1700 (Ver Harrison e Laslett, 1965; não possuía nenhum título importante de Coke, Spelman, Bracton, Petyt ou Brady, e tampouco o *Espelbo*, *Fleta* ou o *Modus Tenendi*.)

É-lhes facultada agora a oportunidade de encontrar remédios e estabelecer uma constituição, que possa ser duradoura, para a segurança dos direitos civis, da liberdade e propriedade de todos os súditos da nação.”<sup>35</sup>

A ausência de uma discussão especificamente constitucional em seu texto, portanto, não é extraordinária apenas em vista do que fora escrito anteriormente e em vista da atitude e das expectativas de seus primeiros leitores. O fato torna o livro singular. Tratava-se, ao mesmo tempo, de uma resposta a uma situação política particular e de uma declaração de princípios universais, elaborada com esse espírito e lida até hoje como tal. Essa obra, a declaração autorizada dos fundamentos políticos anglo-saxões, tida normalmente como um dos marcos da trajetória histórico-constitucional inglesa, refere-se à Inglaterra como “um reino vizinho”, e ao Direito Consuetudinário como “a lei municipal de algumas nações”<sup>36</sup>. Nem Maquiavel, nem Hobbes, nem Rousseau conseguiram conferir à discussão política uma independência tão completa com relação ao exemplo histórico, convertendo-a numa área de discurso inteiramente autônoma, muito embora Locke talvez tenha afetado mais profundamente a atividade cotidiana dos políticos profissionais do que qualquer um deles.

Este é um tributo tanto à eficiência da técnica empregada pelo teórico político em geral como ao modo particular como Locke a exercitou. Somente um homem de tal modo dotado para o pensamento abstrato poderia converter as questões envolvidas em uma controvérsia predominantemente histórica e de âmbito extremamente local como esta em uma teoria política geral. O fato de que isso se tenha dado, antecipando, em certo sentido, os acontecimentos, de modo que, olhando em retrospecto, sempre parecesse a

35. Carta a Clarke, de 8 de fevereiro de 1689; de Beer, 3, 545.

36. Ver I, § 90, 29-31; II, § 205, 11.

racionalização de algo que ainda não ocorrera quando da composição do texto, enfatiza ainda mais essa qualidade e confere-lhe, talvez, o sinal distintivo dessa particular disciplina do raciocínio e da imaginação. O instinto de Locke, ao deixar de lado toda a controvérsia jurídica, histórica e constitucional, ao decidir, quando o texto pedia algo nesse sentido, colocá-lo à parte de sua argumentação analítica, estava eminentemente correto e coerente. Tal é a razão por que o livro mantém seu interesse junto a nós, enquanto Tyrrell, Petyt, Brady, e mesmo Filmer e Sidney, mergulharam no limbo de nossa tradição intelectual e literária. Seria de esperar que um homem com essa capacidade fosse um filósofo, ainda que resultasse um filósofo avesso a admitir a autoria de uma teoria política.

Mas em que sentido deveríamos esperar que sua filosofia estivesse relacionada a sua teoria política? Se dirigirmos essa pergunta a nós mesmos, poderemos descobrir um agudo contraste entre a Filosofia Civil de Hobbes e o Princípio Político de Locke.

## **2. Locke, o filósofo, e Locke, o teórico político**

Em agosto de 1692, Tyrrell enviou a Locke um exemplar de seu livro recém-publicado sobre a lei natural, com o seguinte comentário:

Espero que este tratado possa proporcionar suficiente satisfação ao mundo, ou no mínimo, estimular-vos, ou a algum outro pensador, a oferecer ao mundo um estudo mais apropriado da Lei da Natureza e de seu caráter soberano do que até hoje se conseguiu, bem como a refutar, com raciocínios mais próprios, os princípios epicuristas do sr. Hobbes. Não conheço, para essa tarefa, homem mais capaz que vós, caso vos dispusésseis a empreendê-la, o que tampouco me deixaria mais desgostoso do que a publicação dos *Dois tra-*